



A Subsidiariedade e a Centralização

Alexandre Santos

Comentário sobre a importância da presença do Estado nos momentos iniciais da organização econômica da sociedade.

A implantação de um Estado Solidarista poderia se servir momentaneamente de uma política centralizadora para redistribuir as riquezas e criar as condições para a implementação geral do princípio da Subsidiariedade

O Solidarismo entende que a descentralização dos processos políticos e econômicos é a melhor forma de aumentar a participação popular nos assuntos do seu interesse, ampliando o rendimento social dos empreendimentos. Na política, essa descentralização deve ser operada a partir da aplicação da Subsidiariedade em que, "tudo aquilo que uma comunidade menor e mais simples puder realizar não deve ser atribuído a uma maior e mais complexa", aproximando a administração pública das pessoas, fortalecendo os municípios e as comunidades locais. A Subsidiariedade é uma tese solidarista que, embora possa (e deva) ser aplicada no âmbito de um Estado Liberal como esse que está aí, só alcança sua máxima pertinência no curso de um Estado solidarista, pleno de justiça social. Sua aplicação, a contrário do que pensam alguns liberalistas, não libera as comunidades "mais fortes e prósperas" do dever solidário de ajudar as demais, pois o egoísmo destrói suas vantagens.

No caso brasileiro, por exemplo, o egoísmo comprometeria a pertinência da Subsidiariedade congelando a injusta distribuição regional das riquezas e, dessa forma, condenando as regiões Norte e Nordeste à eterna pobreza. Na ausência de um Estado Solidarista, a Subsidiariedade precisa ser estabelecida dentro de um plano geral de redistribuição das riquezas.

A discussão sobre a Subsidiariedade ganha importância nesse momento pois o governo FHC está propondo o fortalecimento da União através de uma Reforma tributária centralizadora. Embora as centralizações sigam na contramão da DSC, a implantação de um Estado Solidarista poderia se servir desse tipo de recurso para redistribuir as riquezas, criando as condições para a implementação geral do princípio da Subsidiariedade. O governo FHC, no entanto, não tem dado provas de que quer redistribuir coisa alguma, a não ser o eventual prejuízo sofrido por banqueiros e outras categorias já favorecidas. Por isso, devemos nos colocar contra a sua proposta de reforma tributária que visa apenas "fazer caixa" para intensificar o ritmo de pagamentos aos banqueiros internacionais, comprometendo, ainda mais, a situação dos municípios e das regiões mais pobres.

Editorial de O Libertador, nº 21, da 2ª quinzena de setembro de 1995.
Alexandre Santos é presidente regional e dirigente nacional do Partido Solidarista Nacional